

# Um resultado econômico não questionado

As análises da evolução econômica do País apresentadas nas mensagens do presidente da República ao Congresso costumavam revestir um tom triunfante. No ano passado, após o início das conversações com o FMI, o tom já era outro. A mensagem deste ano deixa entrever grande desânimo, mesclado de fatalismo. Só ressuma um pouco de otimismo no trecho em que alude aos fatores que deverão fazer de 1984 um ano melhor.

Embora o presidente da República proclame, em sua mensagem, que "o País será aquilo que dele fizermos", não deixou ele de dizer que somos vítimas da crise internacional — "crise da humanidade" — e também das ocorrências climáticas, que agravaram os encargos do poder público. Afirmou mais adiante: "Lançou-se mão do arsenal dos meios disponíveis para diminuir a dependência externa, combater a inflação, barrar o processo recessivo, promover a retomada do crescimento, acudir às necessidades do balanço de pagamentos e deter o desemprego". A despeito de todo esse fogo de artilharia, os resultados foram bem de-

sanidores. O País terminou o ano com atrasos de pagamentos de mais de dois bilhões de dólares nas contas com o Exterior, a inflação bateu todos os recordes, registrou-se também um recorde na queda do Produto Interno Bruto, o desemprego cresceu.

O País certamente não é responsável pelas dificuldades surgidas no balanço de pagamentos. À custa de ingentes esforços e sacrifícios, pelejando contra o crescente protecionismo adotado nos países industrializados, conseguiu um superávit de 6,5 bilhões de dólares na balança comercial. Não pôde, porém, manter os pagamentos em dia. Em sua mensagem ao Congresso, o presidente declarou que a solução desse problema terá de ser encontrada numa nova forma de renegociação da dívida externa. É preciso, entretanto, que o Brasil mostre que está disposto a desempenhar a sério o papel que lhe cabe.

A nosso ver, o País suportou, com exagerado conformismo, a inflação de 211%, sem empenhar-se em descobrir as causas profundas dessa

aberração. Embora se deva reconhecer que há certos fatores sobre os quais não se pode exercer nenhuma influência, deve-se reconhecer também que outros países enfrentam dificuldades iguais às nossas. Por que conseguem eles conter a inflação e nós não? Eis a pergunta que é preciso responder. Para isso, torna-se necessário examinar com atenção os efeitos da correção monetária e verificar se o meio mais conveniente e eficaz de reduzir o déficit público consiste antes em restringir os investimentos do que os gastos correntes, como estamos fazendo.

O programa de ajustamento da economia nacional, cuja necessidade ninguém pode contestar, teria fatalmente de conduzir a uma recessão tão ampla como esta que nos assola? A nosso ver, o governo deveria estudar a fundo essa questão. A política de ajustamento deve, negativamente, visar a dois objetivos: não fomentar a demanda de produtos importados e procurar impedir que se faça uso de recursos inflacionários ou se contraiam empréstimos externos.

Como existem recursos financei-

ros, recursos naturais no País, que não afetam a demanda de produtos importados, é possível manter certo ritmo de atividade, que, naturalmente, não poderá ser muito dinâmico enquanto perdurar o problema da dívida externa. O governo, porém, restringiu os investimentos públicos, mas não as despesas correntes. E com isto criou condições para uma profunda recessão. Devido ao sistema de indexação, a inflação foi às nuvens, contribuindo para reduzir a demanda.

A mensagem presidencial mostra otimismo em relação a 1984, notando que diversos fatores de inflação desapareceram: necessidade de maxidesvalorização, drásticos reajustes de preços administrados, maior espaço para importações, redução do déficit operacional do setor público, forte ação dos mecanismos de realimentação da inflação, hostilidade das condições climáticas. A inflação dos dois primeiros meses do ano parece invalidar vários desses argumentos. E isto nos dá a triste impressão de que até agora os verdadeiros problemas não foram atacados.